Entrevista

Concedida a Patrícia Carvalho

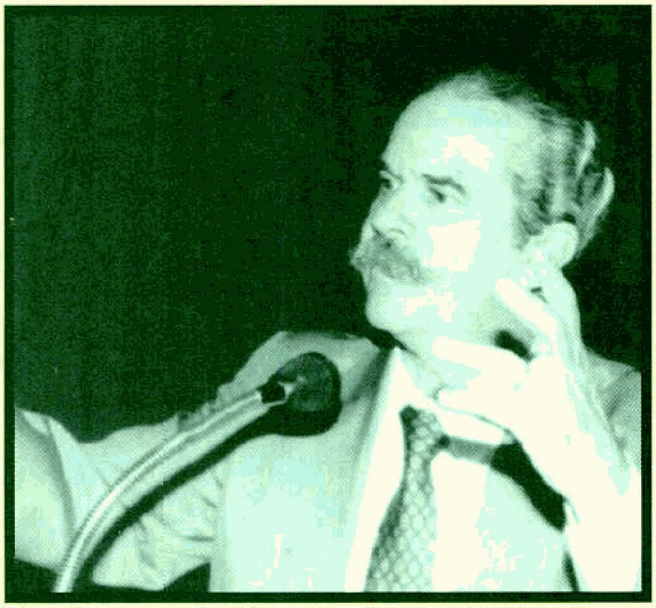
CORTESIA DA EDITORA DA FUNDAÇÃO CETÚLIO VARGAS

"É preciso resgatar o orgulho pelo setor rural"

O recém-empossado secretário da Agricultura e Abastecimento de São Paulo, João Carlos Meirelles, quer conduzir o setor agroindustrial paulista pelos caminhos da modernidade.

João Carlos Meirelles quer valorizar o setor agroindustrial paulista via projetos de educação, cidadania e avaliação das vocações naturais do estado.

Um caboclo que acredita na força do setor rural, como ele mesmo se define, o engenheiro civil, pecuarista, agricultor e colonizador João Carlos Meirelles quer "resgatar o orgulho de São Paulo pela sua agropecuária". Segundo ele, este estado, graças à sua estrutura fundiária, baseada principalmente em pequenas e médias propriedades, e à sua agroindústria bem desenvolvida, tem um enorme potencial de crescimento nas atividades rurais, "mas é importante que o meio urbano entenda o peso da agropecuária na economia estadual e nacional".



Meirelles: o peão da culatra, aquele que vai atrás.

Formado pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP), Meirelles preferiu os desafios do campo às facilidades de uma carreira de engenheiro e, depois de uma incursão pela política – foi vereador em São Paulo entre 1964 e 1972 e presidente da Câmara Municipal da cidade em 1971 –, voltou-se definitivamente para atividades ligadas ao setor rural, do qual nunca mais se desligou. Foi presidente da Associação de Empresários da Amazônia, presidente do Conselho Nacional da Pecuária de Corte (CNPC) e presidente do Comitê Nacional de Saúde Animal (Conasan). Mas é nas atividades de pecuarista e agricultor que se realiza. Tem fazendas em Bonito, no Mato Grosso do Sul e em Juruena, no Mato Grosso e ainda encontra tempo para trabalhar em causas que tirariam o fôlego de qualquer cidadão comum. Já foi coordenador do Fórum da Cadeia Produtivista da Pecuária Bovina no Mercosul, membro da Reunião Interamericana de Saúde Animal da Organização Panamericana da Saúde, em Washington, além de ter integrado o Comitê Hemisférico de Erradicação da Febre Aftosa e de ser vice-coordenador do Fórum Nacional de Agricultura.

Agora, assumindo mais um desafio, o de ser o secretário da Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo, este pai de quatro filhos, orgulhoso dos três netos e da família, avisou logo na sua posse: "Vou ser o peão de culatra (aquele que vai atrás) para que cheguemos todos ao objetivo comum, que é conduzir a agricultura pelos caminhos da modernidade."

■ *Como o senhor avalia a importância da agropecuária para um estado tão industrializado como São Paulo?*

— Por termos nos últimos 50 anos dado uma ênfase, de certa forma justificada e racional, ao segmento industrial e ao segmento de serviços, perdemos a dimensão da importância do setor agroindustrial de São Paulo. E este é assunto importante não só para São Paulo como para o Brasil, porque trata-se de um estado de área territorial não muito grande, com 350 mil quilômetros quadrados, dos quais 200 mil estão ocupados com atividades agrícolas, extrativistas e pecuárias. Esse conjunto muito bem organizado da estrutura fundiária de São Paulo produz 30% do PIB rural brasileiro. Um dado que normalmente surpreende, porque se imagina que os grandes estados agrícolas do país em termos de PIB são os produtores de grãos. E ainda assim São Paulo responde por 12% do total de grãos produzidos no país, o que evidentemente não é a principal vocação do estado .

■ *E sob o ponto de vista social, é um setor importante para o estado?*

— Sob o ponto de vista social a importância da agropecuária para o estado é essencial porque nossa estrutura fundiária é formada principalmente por

micro e pequenas propriedades; 86% das propriedades têm menos de 100ha, ou 40 alqueires. Ou seja, um tipo de propriedade que para aquela agricultura moderna, ultra-intensiva, baseada em escala, já seria uma propriedade bastante limitada. Para a produção de grãos, por exemplo, são propriedades inviáveis dada sua dimensão, que não permite, por exemplo, a mecanização. Especialmente em matéria de grãos, estamos hoje na tangente da competitividade mundial. Mas pela nossa própria estrutura fundiária e pelas atividades que ela propicia, no que se refere a empregos diretos, empregamos 1,6 milhão de pessoas na atividade rural em várias culturas de alta rentabilidade e potencial.

▪ *A importância da atividade rural para São Paulo, portanto, é significativa, mesmo com uma população rural relativamente pequena?*

— É absolutamente fundamental. Embora a população diretamente vinculada à atividade rural no estado corresponda a menos de 10% do total. O que pretendemos é trazer esses fatos ao conhecimento público. São Paulo se orgulha muito por ter uma indústria cibernética, ser o maior centro industrial de automóveis, disto e daquilo, mas esquece de sua agricultura. E nisso não vai nada de lamúria, infelizmente é uma realidade.

▪ *O Brasil esqueceu a importância do setor rural para a economia brasileira, não é?*

— Sem dúvida. E com isso está deixando de aproveitar um talento extraordinário, uma vocação natural, dada pelo espaço territorial, suas circunstâncias edafo-climáticas. E no caso de São Paulo, se juntarmos o setor rural à agroindústria, temos uma movimentação brutal econômica e social. Normalmente quando as pessoas pensam em agroindústria lembram-se só da indústria, e esquecem de toda uma cadeia que inclui o transporte, a comercialização, passando pela industrialização em si, os insumos etc. São Paulo tem 30% da atividade rural do país; é portanto um alto consumidor de insumos.

Mas há um outro fator importante quando se fala no setor agroindustrial no caso de São Paulo. O estado industrializa uma parte importante da produção agrícola e pecuária de outros estados. A grande exportação de carnes bovinas do Brasil, por exemplo, é feita por São Paulo, porque as carnes, abatidas ou não, vêm de outros estados para serem industrializadas. Indústrias enormes estão na Grande São Paulo e fazem o que chamamos de ciclo 2 da pecuária bovina de corte: o animal vem em carcaças de outros estados e sofre desossa, cortes e empacotamento para exportação e até para consumo interno de um público mais sofisticado, um mercado em franco crescimento.

Este novo enfoque, uma mudança fundamental de paradigma, é de que a grande estrutura de estradas, eletrificação, telefonia, armazenamento que há em São Paulo, toda a infra-estrutura social e econômica para a produção agroindustrial hoje busca novos nichos de mercado. Curiosamente, os maiores índices de crescimento estão na ponta extrema. A indústria que mais cresce no setor é a da *fast-food*. Desde as refeições ligeiras até o público que se abastece de comida congelada para consumo de toda uma semana, o que significa já uma especialização de terceiro grau. É uma tendência mundial na qual estamos plenamente inseridos.

A estrutura fundiária *de São Paulo produz 30% do PIB rural brasileiro; 86% das propriedades têm menos de 100ha, ou 40 alqueires; 1,6 milhão de pessoas estão empregadas na atividade rural.*

▪ *Uma nova visão de cadeia produtiva que tem como objetivo o consumidor?*

— Exato. Uma visão de produção a partir de necessidades específicas e desejos específicos do consumidor. Este consumidor, por exemplo, hoje não deseja apenas que o frango esteja cortado em pedaços. Ele deseja o frango já pronto para ser colocado em um microondas, já temperado e com os acompanhamentos, que também têm que estar de acordo com as necessidades do consumidor. Com isso se junta um pacote tecnológico ao pacote da cadeia produtiva agroindustrial. E esta é a vocação e a nova dimensão da agroindústria do estado de São Paulo, que hoje não só está capacitada a fazer as transformações de primeiro e segundo graus – produzir e abater frangos, suínos, bovinos etc. da melhor maneira – como a apresentar produtos agrícolas da melhor maneira e industrializá-los, além de caminhar para novos produtos, sofisticados ou não.

▪ *Até porque a estabilização da moeda trouxe um novo perfil de consumo, com maior ênfase por exemplo para consumo de proteínas animais etc.*

— É um fato. Vamos pegar só um item: o aumento no consumo de carne bovina. Em 1997 o Brasil consumiu 39,1kg de carne bovina *per capita*, empatando com a Austrália, o quinto maior consumidor mundial de carne bovina. Se juntarmos a isso os 24kg de carnes de aves que o brasileiro consumiu no ano passado, mais os 9,5kg de carnes de suínos e o consumo de ovos e outras carnes como ovinos e caprinos, temos hoje um consumo entre 72 e 75kg de proteínas animais *per capita* por ano. Isso prova que carne deixou de ser comida de rico.

▪ *Voltando um pouco à campanha de resgate da importância do setor rural que o senhor citou, como a Secretaria da Agricultura pretende fazer isso? Como se pode resgatar essa importância para o cotidiano do meio urbano?*

— Os projetos estratégicos das grandes potências, para os próximos 50 anos, têm seu capítulo mais sensível na valorização do setor agroindustrial, um setor estratégico. Podemos dizer que até em termos da soberania nacional desses países é um capítulo fundamental. Cada um adequando a questão às suas novas realidades. A França, por exemplo, está desestimulando o crescimento da sua agricultura, que é talvez a melhor do mundo – a produtividade de trigo daquele país,

por exemplo, é muito superior à norte-americana. Como eles estão com excesso de produção, e portanto precisando subsidiar ou quebrar a agricultura, o governo está estimulando os agricultores a produzir menos e incentivando a cuidar do meio ambiente de cada propriedade. Há até um termo francês que define essa preocupação com o meio ambiente em detrimento do aumento da produção, um programa que coloca os agricultores como "jardineiros da natureza". E a sociedade entende isso.

▪ *Os EUA tiveram sempre uma política para proteger sua produção rural dentro de uma espécie de plano de segurança alimentar, não é?*

— Exatamente. Não só com planos de safra, de conservação de solos, de estoques estratégicos etc. E nos EUA nos últimos 25 anos cresceu de forma vertiginosa a aquisição de propriedades formando conjuntos que preservassem circunstâncias geomorfológicas de interesse ambiental. Estamos aparelhados para realizações desse tipo, temos ótimos centros de pesquisa. Só precisamos do apoio da sociedade.

▪ *Mas as instituições de pesquisa passam por uma grave crise. O que vem sendo feito para melhorar esta situação?*

— Essa é a obrigação do homem de Estado, gerir as circunstâncias existentes. Evidentemente, país que tem dinheiro para pagar cientista é país rico. País pobre tem que valorizar esses profissionais de forma ética, moral, dar condições para que eles possam trabalhar, mas às vezes, como no Brasil todo, especialmente pós-94, com o ajuste geral da economia, pode-se passar por alguma crise. No caso da pesquisa, a crise já vem de mais longe, pelo menos 30 anos, e é parte de uma desvalorização que atingiu tudo o que dissesse respeito ao rural, que ficou fora de moda.

▪ *Mas o que está sendo feito para minimizar a crise na pesquisa? Parcerias com a iniciativa privada, por exemplo, não são uma solução?*

— O secretário Francisco Graziano, que me antecedeu, deixou pronta a reformulação total dos institutos de pesquisa adequando-os a uma nova realidade. As instituições de pesquisa já estão iniciando um trabalho dentro de uma nova estrutura. Os recursos continuarão sendo basicamente orçamentários e isso não é diferente de outros países. Nos países mais ricos do mundo a pesquisa é feita com 70% a 80% de recursos oficiais. A história de que a iniciativa privada financia a pesquisa é mito. Mas a iniciativa privada pode ajudar, sem dúvida. O Instituto de Tecnologia de Alimentos (Ital), por exemplo, opera com recursos da iniciativa privada. Vinte a 25% de seu orçamento já vêm de pesquisas específicas, solicitadas pela agroindústria de alimentos. E isso é muito importante.

▪ *A idéia portanto é, dentro de um plano global, fortalecer a agroindústria paulista?*

— A grande proposta da Secretaria da Agricultura é a da mudança dos paradigmas. Temos uma estrutura fundiária adequada, agricultores capacitados, toda uma infra-estrutura para recolher a produção, indústria para transformá-la, um conjunto de instituições de pesquisa capazes de fornecer tecnologia para qualquer das fases da cadeia produtiva, e finalmente, temos como certificar a qualidade desses alimentos – porque sem isso não se vende mais, no Brasil ou no mundo – e junto com tudo isso uma vocação evidente para atingir graus sofisticados no processo. Temos como agregar valor, temos que valorizar esta atividade aos olhos da sociedade e fortalecê-la com políticas viáveis e claras. Porque o grosso das exportações agroindustriais brasileiras é feito por São Paulo.

O consumidor hoje *não quer só que o frango esteja cortado em pedaços, mas pronto para entrar no microondas, temperado e já com os acompanhamentos. Quer um produto pronto para consumo.*

Temos exemplos claros, como a cana-de-açúcar. Noventa por cento do açúcar brasileiro são exportados por São Paulo, que tem 2,98 milhões de hectares plantados. Temos ainda o maior laranjal em áreas contíguas do mundo, 865 mil hectares de laranja, que juntando com limão, tangerina etc. chegam a 900 mil hectares. Só esse conjunto da fruticultura ocupa 400 mil pessoas. Também a exportação de carnes do Brasil é feita 90% via São Paulo. Isso não significa nenhuma diminuição do valor ou do mérito dos outros estados, mas temos que aproveitar nossa especialização nessas áreas e aproveitar outras circunstâncias, como ter o quarto maior porto exportador do mundo, que é o Porto de Santos, por exemplo.

▪ *Há alguns anos começaram a ser implantados projetos de fruticultura, como a produção de uvas, na região de São José do Rio Preto e Noroeste do estado. Este projeto vem tendo sucesso?*

— Este projeto continua. Não se imaginava, por exemplo, que se pudesse plantar uva de mesa nessa região, e a uva é um sucesso. Assim como nunca se imaginou que São Paulo pudesse produzir borracha, e hoje somos os maiores produtores brasileiros. Há vários projetos também para verduras e legumes que podemos e queremos intensificar. O vale do Ribeira, por exemplo, é absolutamente vocacionado para a produção de palmito. Não o palmito Jussara, aquele nativo, mas outras variedades trazidas de regiões tropicais úmidas como a pupunha, o açaí com seus cruzamentos com o palmito nativo, e que têm sido um sucesso mundial. E o que se produz hoje no Brasil não se consegue exportar porque o consumo interno é maior e paga mais caro até que o mercado externo.

▪ *O meio urbano conhece pouco a realidade rural, não é?*

— É, precisamos levar nossos filhos, nossos netos para ver que galinha não nasce no supermercado, não vem temperada da natureza. Ainda não há quatro ou cinco gerações que o homem deixou o meio rural, portanto há uma certa nostalgia do campo. Este tipo de nostalgia, aliás, leva a atividades que têm uma enorme inserção

econômica e social, como o surgimento dos chamados pesque-pague. É uma das atividades que mais estão crescendo em São Paulo. E com tecnologia. Há produtores de girinos, há criatórios, transporte especializado etc. Produtores especializados em tipos de peixes diferentes, para públicos diferenciados.

Hoje percebe-se mais claramente que quando se estabiliza a economia e se entra na disputa internacional, o industrial tem uma margem de disputa mais difícil. O mesmo tipo de indústria, talvez mais bem aparelhada, já está operando nos grandes gigantes econômicos do mundo.

Onde vamos entrar para brigar de verdade neste páreo? Usando aquilo que é a característica especial do país. Dispomos de uma das maiores populações do mundo, com vontade de trabalhar a terra, dispomos de espaço territorial com todas as condições de produzir bem e descobrimos inclusive, nos últimos 20 anos, que regiões antes consideradas críticas, como as mais pobres do Nordeste, podem ser muito bem aproveitadas, porque lá temos uma ótima luminosidade e tecnologia para trabalhar com irrigação. Quem diria há duas décadas que 80% dos grãos do país seriam produzidos nas regiões de Cerrado? Então a valorização desta realidade é importante para São Paulo e para o Brasil.

▪ *A agricultura foi bastante sacrificada nos últimos anos...*

— Sem dúvida, mas algumas coisas vêm mudando por força da realidade. Há cerca de dois anos o governo federal convocou as principais lideranças das cadeias agroindustriais brasileiras para construir essa política permanente através do Fórum Nacional da Agricultura. Eu fui o vice-coordenador, enquanto o Roberto Rodrigues era o coordenador. Hoje já temos o desenho de uma política. Durante anos, por exemplo, trabalhamos no programa de integração da cadeia de pecuária de corte dentro da iniciativa privada. Conseguimos inclusive nos últimos oito anos extinguir as crises de entressafra sem qualquer intervenção. Estamos resolvendo os problemas com os mecanismos de mercado, apoiados por uma política, ainda que tênue, do governo, que acompanhou nossa proposta.

O Estado moderno mudou, não é mais aquele Estado paternalista que reúne seus teoréticos e diz como os práticos devem agir. Hoje a obrigação do setor privado é levar ao setor público em primeiro lugar o que pode ser assumido por responsabilidade própria. É do setor produtivo a responsabilidade de produzir e de informar ao setor público o que é necessário para produzir.

É obrigação do setor privado *levar ao setor público o que pode ser assumido como responsabilidade própria e cabe ao setor produtivo informar ao setor público o que é necessário para produzir.*

▪ *A retomada das câmaras setoriais em São Paulo é um passo nesta direção?*

— A consolidação das câmaras como instrumentos de estruturação de políticas setoriais se tornou uma realidade. A Secretaria não vai fazer aquilo que os nossos técnicos, ainda que os mais competentes, venham a ditar. A Secretaria vai responder às propostas concretas do setor privado. Neste contexto as câmaras estão sendo elevadas à condição de responsáveis pela co-gestão dos programas agropecuários, extrativistas e agroindustriais do estado de São Paulo. O novo desenho do governo é o de definir, com a iniciativa privada, as diretrizes de uma política agroindustrial e não apenas agrícola, e nesta política define-se o que é indelegável do governo, por exemplo, o fornecimento de tecnologia de ponta, ainda que em parceria com a iniciativa privada, assim como a inspeção desse processo, a difusão destas tecnologias, a defesa dos trabalhadores etc. São responsabilidades do governo.

▪ *O senhor pode dar um exemplo concreto de ações nascidas nessas câmaras setoriais e que vêm sendo colocadas em prática?*

— O caso do selo de qualidade do café de São Paulo, por exemplo, foi uma solicitação dos agentes econômicos. Não foi iniciativa da Secretaria. Foram os agentes envolvidos na cadeia agroindustrial do café que, pretendendo valorizar e resgatar o orgulho de São Paulo pelo seu café, propuseram um selo, que é de autoria da própria cadeia produtiva. E isso embasado em uma campanha de qualidade, porque não se chega a valorizar o produto sem que ele tenha qualidade, produzindo café e colhendo de qualquer maneira, sem cuidados, sem uma metodologia. A qualidade é a condição da certificação e toda a cadeia produtiva participa do processo.

▪ *E o preparo da mão-de-obra? O que vem sendo feito neste sentido?*

— O que se pretende é que a Secretaria da Agricultura venha a ser a gestora de um processo de modernização que passa obrigatoriamente pela educação e formação profissional. O que pretendemos fazer é um diagnóstico absolutamente técnico. Antes a grande ambição do homem do campo era mandar o filho para a universidade. Então o indivíduo tinha vocação para agrônomo, mas acabava fazendo odontologia ou algo assim. Hoje temos que trabalhar com a realidade. O que nos falta? Faltam operadores, os profissionais intermediários, que sempre faltaram.

▪ *No setor de carnes, como vem sendo trabalhada a questão da produtividade e da qualidade no estado?*

— São Paulo tem a melhor produtividade pecuária do Brasil. Temos 10 milhões de hectares em pastagens e nesta área temos um rebanho de cerca de 12,8 milhões de cabeças, 1,28 cabeça por hectare, um número extremamente elevado. O estado tem a melhor infra-estrutura de transportes, absolutamente adequada tanto para a indústria como para a pré-indústria, temos uma infra-estrutura para carne bovina muito bem montada. Muitas indústrias nesta área até fecharam nos últimos anos porque industrializávamos um grande volume de carne bovina de outros estados e este volume hoje, ainda que muito grande, diminuiu. Isso ocorreu por causa do

deslocamento de indústrias para as novas fronteiras pecuárias do país. Agora, onde estão os nossos problemas? O gargalo está no desajuste tributário nacional. São Paulo já reduziu o ICMS para 2%. Aquilo que competia ao nosso estado fazer, já fez, que é o que pleiteamos em nível nacional. Entretanto outros estados que são supridores de animais vivos ou já abatidos cobram pautas protecionistas. Por exemplo, no caso de um animal em pé para ser abatido em São Paulo exige-se uma pauta de 12%.

▪ *Esta seria uma prática protecionista?*

— Sim. Acontece que os estados podem cobrar os impostos sobre o valor real de um produto ou podem definir uma pauta. Por exemplo, um produto qualquer no mercado vale R$400, mas o estado para efeitos fiscais e tributários prefere tributá-lo sobre R$500. Ou, ao contrário, prefere tributá-lo a R$200. Se um boi que vale R$400 é tributado sobre R$500 para sair do estado, estou protegendo a industrialização de carnes no âmbito estadual. Ou ao contrário. O valor do animal vivo é tributável entre 7% e 12%, embora a legislação tributária federal diga que o interestadual deva ser sempre 12%. Tudo isso para explicar que São Paulo tem problemas sérios nesse sentido, porque tem animais de importação a preços elevados e carnes importadas para industrialização ou consumidas a preços reduzidos. Isso deforma o sistema. E aliado a isso há a gravidade dos outros impostos federais, como o PIS, o Cofins e o Funrural. Só entre esses três impostos já são mais de 5%, enquanto o conjunto dos impostos em cascata que incidem sobre a carne nas suas diversas etapas resultam numa taxa de 27%. Este estudo foi feito pelo próprio Ipea.

▪ *O que acaba resultando em encarecimento do produto ao consumidor...*

— Claro que sim. Eu traduzo este problema da seguinte forma: o consumidor paga 1kg de carne e leva 730g, porque 270g são impostos. O resultado é que não há maior estímulo à sonegação e à prática da corrupção fiscal do que uma carga tributária tão alta como esta. E é este tipo de problema que tem levado a crises sucessivas na indústria frigorífica brasileira.

▪ *É o que determina o alto grau do abate clandestino no país?*

— É. Estima-se que os abates não oficiais sejam de no mínimo 50%. O que o setor privado está propondo ao governo federal, e o estado de São Paulo contemplou essas reivindicações, é em primeiro lugar considerar as carnes como cesta básica alimentar. Estudo que o Ipea fez constatou que se reduzíssemos o ICMS para 2% interna e interestadualmente, sem mexer ainda no PIS, Cofins e Funrural, o poder de compra do salário mínimo aumentaria 18%. Aí está o cerne da questão. Se pudéssemos resolver isso em nível nacional resolveríamos várias questões que hoje são problemáticas. Em primeiro lugar a do abate clandestino. Em segundo lugar, aceleraríamos o processo de inspeção, qualificação e certificação das carnes consolidando um projeto chamado Saúde Pública, o que resolveria o problema da manipulação da carne.

▪ *Sobre a questão da aftosa: em São Paulo está controlada, mas como fica a importação de animais de outros estados?*

— No caso de doenças animais não se trabalha com estados senão na fase final, quando se precisa ter estrutura de certificação estadual. Trabalha-se com zonas de trânsito de animais e classificam-se circuitos pecuários. São Paulo faz parte do circuito Centro-Oeste, que inclui Paraná, Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, o maior rebanho do país, que reúne cerca de 110 milhões de cabeças de gado. Então o tratamento tem que ser conjunto e assim está sendo feito. Esses sete estados já estão livres de febre aftosa e de focos há mais de 24 meses, condição preliminar para se dar um segundo passo. Houve um foco pontual no circuito que foi tratado com absoluto rigor, segundo as leis internacionais. A área foi isolada, abatidos os animais do foco e do perifoco, já está terminada uma sorologia e a zona está isolada como zona sanitariamente protegida. Se todos os estados apresentarem a sua infra-estrutura de vigilância sanitária, como São Paulo vai apresentar, o governo brasileiro pode solicitar o início de um processo para o Centro Panamericano de Febre Aftosa, órgão delegado para as Américas pela OIF (Órgão Internacional para Fisiotias) para estes procedimentos e começa-se um processo de verificação de infra-estruturas e a sorologia, que exigirá o fechamento das fronteiras do circuito para a análise. Com isso imaginamos que até o final deste ano teremos condições técnicas de já para o primeiro semestre de 99 solicitar que uma comissão técnica venha ao Brasil para inspecionar, verificar e levar uma proposta para que esta seja a segunda região brasileira declarada zona livre de aftosa. Estaríamos em condições de exportar para países como os EUA que não importam com aftosa.

▪ *Isso nos abre um mercado potencial interessante?*

— Abrir mercado é muito pouco. Com isso nós consolidamos um nível de responsabilidade do pecuarista para com seu próprio rebanho. Consolidamos um conceito de responsabilidade dentro da cadeia produtiva. Hoje todos os elos da cadeia de produção, como indústria, comércio interno etc. estão interessados em que se resolva o problema, porque isso levará a infra-estrutura já montada para o controle da aftosa na pecuária de corte para o controle e erradicação de outras doenças, como a brucelose, tuberculose etc. Estaríamos entrando em um novo momento da pecuária, com um conceito de qualidade e de responsabilidade enraizados dentro de todo o processo produtivo.

O consumidor paga 1kg *de carne e leva 730g, porque 270g são impostos. Não há maior estímulo à sonegação e à prática da corrupção fiscal do que uma carga tributária tão alta como esta.*